

Prefácio

Pedrinho A. Guareschi

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GUARESCHI, P. A. Prefácio. SILVEIRA, AF., *et al.*, org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 1-4. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Prefácio

*Pedrinho A. Guareschi*¹

Está de parabéns a Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social), e principalmente a Abrapso/Sul, por mais este serviço prestado aos colegas da Academia e à sociedade brasileira. Esta é uma prova concreta de que a Psicologia Social e as diferentes disciplinas trabalhadas pelos autores desse livro estão convictas de sua responsabilidade social, de serem consciência crítica dessa sociedade. Verdadeiramente, é uma excelente realização. Nos três pontos que seguem gostaria de fundamentar por que julgo ser esse serviço relevante, oportuno e atual. Pretendo iluminar três realidades centrais que fundamentam nossa vida social e são imprescindíveis na inserção dos seres humanos, homens e mulheres, como sujeitos atores/autores no mundo: a questão da prática, a participação social e a questão da cidadania.

Primeiro, com relação à prática. A Abrapso sempre se distinguiu pela tentativa em superar diversas dicotomias. A principal, certamente, é a de conseguir preencher o fosso que, em geral, se estabelece entre a academia e a sociedade, entre o falar e o fazer, entre a teoria e a prática. Pois a prática da Abrapso é uma prática diferente. Os pressupostos teóricos dentro dos quais seus agentes sociais trabalham mostram como é impossível *não ter prática*, pois numa sociedade construída sobre *relações*, isto é, sobre o mar revolto das tensões sociais, mesmo que *não façamos nada*, estamos *agindo*, pois pode-se distinguir ao menos quatro tipos de ação: agir fazendo algo acontecer (*fazer*); agir para que nada aconteça (*impedir*); agir sem colocar nenhum ato para que algo aconteça (*permitir*); e agir sem colocar nenhum ato, e com isso nada acontece (*omitir-se*). Vendo a sociedade como um rio, qualquer postura nossa transforma-se numa ação: posso trancar desviar, impedir que o rio corra ou deixá-lo correr: em qualquer uma dessas instâncias há uma ação minha da qual sou responsável. Como muito bem diz Michel Lowy, “no rio da história não há contempladores do rio: *nós somos o rio*”. A conclusão a que se chega é que *é impossível não agir*. E poder-se-ia ir mais adiante, discutindo um ponto que não desdobramos agora, mas que está intimamente ligado a essa colocação: toda a ação é *ética*. Se é impossível não agir, conseqüentemente é impossível ser neutro:

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

nossas ações possuem sempre uma dimensão valorativa, possuem inseridas nelas uma dimensão ética.

Passemos ao segundo ponto. O livro que temos diante de nós provoca-nos profundamente desde seu próprio título. Retoma uma questão central dentro de uma sociedade massificada como a em que vivemos. Pergunta pela questão da *participação social* e da *cidadania*. São essas as duas outras realidades que desejamos discutir. Iniciamos pela *Participação Social*.

A palavra “participação” é largamente empregada nas falas de qualquer grupo, meio de comunicação ou instituição. A palavra de ordem, hoje, parece ser *participar*. Mas quando se chega um pouco mais próximo ao que essa realidade poderia, ou deveria, significar, percebemos que há uma profunda mistificação com respeito à sua concretização. Damo-nos conta de que nas atividades humanas e sociais existem ao menos três tipos de participação: participação no *planejamento*, participação na *execução* e a participação nos *resultados*. Que se constata a partir daí?

Misteriosamente, vê-se que a maioria das pessoas participa, sim, mas em apenas alguns aspectos. Assim, por exemplo, a participação dos trabalhadores na execução das tarefas é completa e total: entram de corpo inteiro. São eles que fazem tudo! Chegam a trabalhar 10 horas por dia. Contrariamente ao que muitos meios de comunicação dizem, o povo brasileiro, em média, é um dos que mais horas trabalha numa semana.

Quanto à participação nos *resultados*, vemo-nos diante duma perplexidade: somos o povo de pior distribuição de renda do mundo! Enquanto que em alguns países a diferença máxima entre o que mais ganha e o que menos ganha é de ao redor de seis vezes, no Brasil essa diferença chega a mais de mil vezes. Fica-se espantado de quanta importância determinadas pessoas possuem, para chegar a ganhar mil vezes mais do que aquele que ganha apenas o salário mínimo.

E a participação no *planejamento*? Pois aqui está o segredo de tudo. É através da participação no planejamento que se decide sobre os outros dois tipos de participação: no planejamento decide-se quem faz e quem fica com os resultados. É exatamente aqui que a maioria das pessoas são excluídas, sendo apenas alguns iluminados que são convidados a decidir. O ser humano distingue-se dos animais exatamente nesse ponto: ele é capaz de fazer um

projeto, de decidir de antemão o que irá fazer ou construir. Ele tem em sua mente as diversas possibilidades dentro das quais a história vai se fazer.

Muitos podem argumentar que todos nós participamos no planejamento à medida que somos chamados a votar. É a chamada democracia representativa. Elegemos nosso representante, e ele vai decidir por nós.

Vamos supor que isso de fato acontece. Mas sabemos todos nós da precariedade de tais práticas. A maioria das pessoas de quatro em quatro anos coloca seu voto, e depois se desliga completamente da participação política. Na maioria das vezes essas pessoas nem sabem mais em quem votaram. Essa democracia participativa está, na verdade, em descrédito em quase todo o mundo. Consta-se que não é eficiente. Muito diferente seria o que hoje em dia se passou a chamar de *democracia participativa*, que consiste em montar estratégias em que as pessoas são chamadas, o mais possível, a participar no planejamento e nas decisões da comunidade. Exemplo clássico disso é o *Orçamento Participativo*, já em prática em muitos municípios e até num Estado. Ano a ano a comunidade é chamada a discutir as prioridades da comunidade e a eleger os que irão decidir sobre a execução das obras. Há um envolvimento do maior número de pessoas possível. Numa cidade como Porto Alegre, onde essa prática já possui uma dezena de anos, dentre os 700 mil votantes, 200 mil chegam a participar diretamente nas decisões do orçamento. Ano a ano discutem e rediscutem sua vida, suas práticas, tomam decisões. O jornalista francês Bernard Cassen, diretor geral do *Le Monde Diplomatique*, ao analisar essa prática comenta que essa sim é uma verdadeira democracia, onde todos os que podem, participam, e mantêm-se o processo em contínuo andamento. Numa sugestiva comparação ele comenta que instituir tal prática participativa é semelhante a andar de bicicleta: no momento em que paramos, caímos. Essa é a democracia participativa: no momento em que para, deixa de existir. Exige dos *governantes* e dos cidadãos uma contínua participação e vigilância.

A discussão acima nos leva ao ponto seguinte: a *cidadania*. O que é cidadania?

Dos antigos gregos temos ao menos os conceitos de democracia e de cidadania. Analisando suas práticas, podemos perceber alguns pontos que certamente nos ajudam a compreender o que seria uma verdadeira cidadania. Sabemos que eles costumavam decidir sobre os destinos da

cidade através das discussões que eram feitas em praça pública, a famosa “agorá”. É verdade que nem todos participavam, como os escravos que eram tratados como coisas. Mas o ponto interessante que gostaria de resgatar aqui é o seguinte: não bastava *sentar* na praça para ser considerado cidadão. Alguém era considerado cidadão somente no momento em que *falava*, isto é, no momento em que se levantava e contribuía, com seu projeto, sua sugestão, sua alternativa, na solução dos problemas e na construção da cidade. Em outras palavras, alguém era considerado cidadão quando participava na *discussão do projeto* da cidade, quando participava no *planejamento*!

Se formos aprofundar a análise, *veremos* que a essência da cidadania se dá na participação no planejamento. A verdadeira cidadania se dá no momento em que falamos, no momento em que dizemos nossa palavra, expressamos nossa opinião, manifestamos nosso pensamento. É nesse momento que ajudamos a construir a *cidade*.

Pois é exatamente aqui que se coloca o presente *livro*: é um grupo de cidadãos/ãs que decidem dizer sua palavra, na *nova* “agorá”, que é a discussão e construção teórica que se realiza nas academias e nas práticas sociais. Esse *livro* não é somente “fala”: ele é ação, ele é dimensão essencial na construção da cidadania através da participação consciente e crítica dos *diversos* atores/ autores/as que a ABRAPSO *vem* congregando, incentivando e fundamentando para a construção de uma sociedade eticamente justa, economicamente equitativa, politicamente participativa, culturalmente plural, socialmente democrática e solidária.